



Despacho nº 443/2024

Maricá-RJ, 07 de agosto de 2024.

Assunto: Impugnação à exigência de indicação de marca específica e da Garantia, alegando restrição à competitividade do certame e outros.

Procederemos à análise da temática acima indicada, tendo como objetivo trazer os esclarecimentos jurídicos necessários sobre o assunto.

1- Relatório

A Prefeitura Municipal de Maricá publicou o Pregão Eletrônico nº 90015/2024, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de serviços de computação em nuvem, abrangendo hardware, software e diversos serviços técnicos especializados.

Para isso, foi estabelecida a exigência de aglutinação de serviços, o que gerou uma reação por parte da empresa INFOTECCH Soluções Corporativas em TI Ltda., que apresentou uma impugnação ao edital argumentando que as referidas exigências restringem a competitividade do certame, limitando a participação de outros possíveis fornecedores que não conseguissem atender aos preceitos estabelecidos e por isso deveriam ter o fracionamento dos serviços.

É o relatório sobre o caso ao qual este especializada passa a se manifestar.

2- Das Preliminares

Inicialmente, é importante destacar que a impugnação apresentada pela empresa INFOTECCH Soluções Corporativas em TI Ltda. foi recebida fora do prazo estipulado no edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2024. O item 1.8.1 do edital estabelece claramente os prazos para a apresentação de impugnações, e a presente impugnação foi protocolada após o término deste prazo, configurando-se, portanto, como intempestiva.

A intempestividade de uma impugnação, de acordo com a legislação vigente, impede que a mesma seja acolhida e analisada formalmente, uma vez que o descumprimento dos prazos processuais atenta contra a ordem e a segurança jurídica do certame.

No entanto, com o objetivo de garantir a mais ampla transparência e considerando a importância dos princípios da publicidade e da economicidade que regem as contratações públicas, a Administração Pública decidiu proceder à análise do mérito das questões levantadas pela empresa impugnante.



3- Do Mérito

a. Aglutinação de Serviços com Naturezas Distintas

A INFOTECCH argumenta que a aglutinação de serviços de naturezas distintas inviabiliza a apresentação de preços e viola os princípios da ampla concorrência e da economicidade.

No entanto, a integração de serviços de natureza distinta, mas complementar, é uma prática comum e aceitável na Administração Pública, especialmente quando visa a otimização e eficiência na execução dos serviços contratados.

Tamanha é a verdade que o presente conceito foi estampado no art. 40 II da Lei 14.133/2021, que se refere a inviabilidade técnica da fragmentação do objeto. A análise do objeto deve levar em conta a funcionalidade intrínseca, ou seja, se a aquisição das partes de forma isolada não desnatura a sua essência, caso em que será possível o parcelamento.

No que concerne à integridade do objeto, Marçal Justen Filho, bem exemplifica que a inviabilidade técnica por meio da aquisição de veículos, demonstrando que a promoção de licitação de partes, como pneus, motor, chassi, desnaturaria o conjunto que é o automóvel.

O interesse da administração nesse exemplo, remete à aquisição do veículo com todas as suas funcionalidade e garantias, razão pela qual evidencia-se inapropriada a aquisição fragmentada das peças, ainda que menos dispendiosa para os cofres públicos.

Essa analogia está totalmente adequada à licitação em questão, uma vez que a unificação de serviços de hardware, software e outros serviços técnicos especializados em um único contrato permite uma gestão mais coesa e integrada dos recursos tecnológicos, evitando a fragmentação que pode levar à ineficiência operacional e custos elevados.

Ademais, trata-se de um projeto de nuvem privada onde os elementos funcionam de maneira integrada, e os serviços serão consumidos na modalidade *on-demand*. A categorização de diversos itens visa propiciar melhor alocação de custos para o uso por todas as aplicações e serviços da Prefeitura.

Os elementos do *data center* são uma solução composta, que deverá ser entregue e suportada por um único fornecedor, sob pena de imputar à Prefeitura a responsabilidade de integração de soluções e/ou de resolução de problemas entre fornecedores, caso fossem mais de um.

A necessidade de que todos os serviços sejam executados por uma única empresa é fundamental para garantir a integridade e a continuidade dos serviços prestados.

O fracionamento da contratação comprometeria a coordenação e a integração das diversas atividades, criando um cenário de possível descontinuidade e falta de coesão entre os diferentes componentes do sistema.

A coordenação de várias empresas fornecedoras, cada uma responsável por uma parte distinta do projeto, resultaria em um aumento significativo na complexidade da gestão, tornando o processo moroso e ineficiente. Caso uma das empresas, de forma apartada, deixasse de entregar ou entregasse os serviços de forma distinta, a execução global do contrato estaria comprometida, colocando em risco a eficiência e a eficácia da Administração Pública.



A Administração não pode colocar em risco a execução dos serviços. A unificação das responsabilidades em um único contrato assegura que haja uma única entidade responsável por toda a cadeia de serviços, desde a concepção até a manutenção. Isso permite uma resposta rápida e coordenada a qualquer problema que surja, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções. A gestão de um único fornecedor facilita a supervisão, a resolução de problemas e a implementação de melhorias contínuas, o que não seria viável com múltiplos fornecedores.

Portanto, a decisão de aglutinar os serviços em um único contrato é justificada pela necessidade de garantir a eficiência, a continuidade e a integridade dos serviços contratados, além de assegurar a economicidade e a racionalidade administrativa.

b. Multiplicidade de objetos – impositivo fracionamento da contratação

Neste tópico, a Impugnante alega que a multiplicidade de objetos licitados em um único contrato restringe a competitividade e a economicidade, argumentando que a prestação de serviços de natureza distinta deve ser fracionada.

De acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133/2021 existe a necessidade do administrador ponderar a possibilidade de parcelamento do objeto, fazendo uma análise relativa à divisibilidade do objeto, em itens ou lotes, sempre que, com isso, identificar-se o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala Renato Geraldo Mendes¹ explica:

Por um lado, o que se deseja é ampliar a disputa, e, para tanto, reconheceu-se que a divisão é uma das formas possíveis de obter o desejado resultado. **Por outro lado, a possibilidade de divisão do objeto é condicionada por dois outros fatores: viabilidade técnica e garantia de economicidade.** Ou seja, o legislador deixou claro que a ampliação da disputa não pode prejudicar a relação benefício-custo, isto é, não pode trazer prejuízo ao benefício que é representado pelo objeto e nem comprometer a economicidade (que se traduz na obtenção do benefício com o menor dispêndio de recurso financeiro). Portanto, a ampliação da competição tem condicionantes que precisam ser analisados pelo agente por ocasião do planejamento, notadamente do momento de decidir se manterá o objeto na sua totalidade ou se irá dividi-lo em partes (itens e lotes).

No caso em tela, está mais que evidente que a aglutinação de serviços complementares em um único contrato permite a obtenção de sinergias operacionais e a redução de custos administrativos, o que está em conformidade com o princípio da economicidade.

Como bem mencionado anteriormente, o art. 40 II da Lei 14.133/2021 assegura que a administração possa optar por não realizar o parcelamento quando houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

¹ MENDES, Renato Geraldo. LeiAnotada.com. Lei nº 8.666/93, nota ao art. 23, § 1º, categoria Doutrina. Disponível em <<http://www.leianotada.com>>. Acesso em: 16 jun. 2019.



Com isso no ETP, durante a fase de instrução do processo, abordou que a contratação de um único fornecedor para a prestação de serviços integrados de hardware, software e outros serviços técnicos especializados garante uma maior eficiência e coordenação na execução dos serviços.

Isso minimiza os riscos de incompatibilidade entre diferentes fornecedores, assegurando a continuidade e a integridade das operações administrativas. A separação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores poderia levar a um aumento nos custos de coordenação e a possíveis conflitos de responsabilidade, dificultando a gestão integrada do projeto.

Além do mais, a simples menção de multiplicidade de objetos, não impõem a administração a obrigatoriedade de fracionar a execução dos serviços por si só, deve-se ter elementos que ensejem a necessidade de fragmentação.

Portanto, o fracionamento da contratação não é adequado para este tipo de projeto, pois comprometeria a integridade, a continuidade e a eficiência dos serviços, além de aumentar a complexidade e os custos operacionais.

c. Da Restrição à Competitividade

A INFOTECCH questiona a exigência de conformidade com várias certificações (ISO 27001, ISO 27017, ISO 27018, SOC 2, SOC 3, HIPAA) como condição de habilitação, alegando que tal exigência restringe a competitividade de forma desarrazoada e sem amparo legal ou técnico.

Inicialmente, é importante esclarecer que a licitação em nenhum momento requisitou que o licitante entregue as certificações suscitadas.

O que se deseja e que será averiguado em diligência é se os licitantes estão em conformidade com essas certificações, verificando se eles atendem aos padrões exigidos de conformidade. A referida determinação decorre de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), que requerem que as áreas de TI e suas contratadas atendam aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e estejam em conformidade com essas certificações.

A exigência dessas certificações se justifica pela necessidade de garantir que os serviços contratados atendam aos mais altos padrões de segurança da informação e qualidade. As certificações ISO e SOC são reconhecidas internacionalmente e asseguram que os fornecedores possuem processos robustos de gestão de segurança da informação e proteção de dados. Essa exigência é essencial para garantir a proteção dos dados sensíveis da Prefeitura de Maricá e a integridade dos serviços prestados.

A eficiência na gestão dos sistemas deve ser algo que a administração pública busque em suas contratações. Embora as certificações ISO e SOC não sejam os únicos meios de garantir essa eficiência, elas proporcionam um padrão reconhecido internacionalmente que facilita a avaliação da capacidade técnica dos fornecedores em um momento oportuno.

A falta dessas certificações pode indicar uma ausência de compromisso com os padrões mais elevados de segurança e qualidade, o que é inaceitável para serviços que lidam com dados sensíveis da administração pública.



Assim, considerando que o Edital não requer a apresentação de certificações ISO 27001, ISO 27017, ISO 27018, SOC 2, SOC 3, HIPAA ou similares para a empresa na fase de habilitação, manifestamos pela improcedência do pedido.

4- Conclusão

Embora a impugnação tenha sido apresentada de forma intempestiva, decidiu-se pela análise de mérito das questões levantadas, visando garantir a mais ampla transparência e publicidade do certame. Em vista das justificativas apresentadas, conclui-se

Todavia, com base na análise das razões apresentadas pela impugnante, **decido indeferir a impugnação apresentada.**

Dê-se ciência à impugnante do inteiro teor desta decisão.

Cientifique-se os demais interessados.

Publique-se.

Lawrice de Santos Souza

Secretária de Planejamento, Orçamento e Fazenda.

Mat. 113.016